

O Impacto da Ação Externa da União Europeia na Proteção da Democracia e na Contenção dos Fluxos Migratórios

The Impact of the European Union's External Action on Promoting Democracy and Containment of Migration Flows

Ana Carolina de Barros França ¹
Bianca Leticia de Oliveira Tosta ²

¹ Universidade de Lisboa/ Université catholique de Louvain

² Universidade de Lisboa/ Universidad Carlos III de Madrid

O presente trabalho tem por escopo demonstrar que a gestão eficaz dos fluxos migratórios só pode ser feita através da tomada de medidas sólidas e duradouras que atuem diretamente nas causas subjacentes à migração. Considerando que a ausência de uma democracia sólida é um dos principais fatores que levam à eclosão de deslocamentos populacionais, a cooperação internacional em prol da democratização de Estados terceiros se torna uma medida preventiva necessária. Para tanto, a União Europeia, enquanto ator global e maior doador do mundo de ajuda ao desenvolvimento, deve valer-se de sua atuação externa para auxiliar no tratamento dos problemas estruturais dos Estados onde a democracia é objeto de maior fragilização e que, portanto, são propensos a desencadear maiores fluxos emigratórios, contribuindo para a contenção destes. As cláusulas de condicionalidade e a política comercial podem ser meios eficazes para promoção dos princípios democráticos e fomentação do desenvolvimento, proporcionando a estabilidade dos Estados que apresentam deficiências estruturais. Assim, a União, que tem se concentrado na adoção de medidas paliativas para correção das distorções provocadas pelos deslocamentos, tem na política externa um instrumento hábil e eficaz para difusão da democracia e contenção dos fluxos migratórios.

Palavras-chave: União Europeia. Cooperação Internacional. Ação Externa. Migração. Democracia.

This paper aims to demonstrate that one effective management of migratory flows can only be achieved by taking solid and lasting measures that directly address the underlying causes of migration. Whereas the absence of a solid democracy is one of the main factors leading to the outbreak of population displacement, international cooperation for the democratization of third countries becomes a necessary preventive measure. For this purpose, the European Union, as a global actor and the world's largest donor of development aid, can use its external action to help address the structural problems of States where democracy is an object of more fragilization, being more prone to generate emigration flows, contributing to their containment. The conditionality clauses and trade policy can be effective means of promoting democratic principles and fostering development by providing stability to States with structural weaknesses. Thus, the Union, which has focused on the adoption of palliative measures to correct the distortions caused by displacement, has in the external action a skillful and effective instrument for the diffusion of democracy and containment of migratory flows.

Keywords: European Union. International Cooperation. External Action. Migration. Democracy.

Introdução

Com o término da Guerra Fria, a cooperação internacional sofre uma intensa transformação, passando a adotar a promoção da democracia e dos direitos humanos como um de seus principais objetivos. Com vias a garantir uma paz duradoura, estabilidade e crescimento econômico em

escala global, uma série de medidas foram elaboradas com o intuito de formar um sistema internacional emergente de cooperação para o desenvolvimento.

Por vezes, o atributo da cooperação internacional foi utilizado como subterfúgio para atendimento dos interesses políticos, ideológicos e geoestratégicos das nações desenvolvidas, que tinham como intuito a angariação de aliados ou manutenção de laços neocoloniais. Desta forma, os montantes destinados para a ajuda ao desenvolvimento eram alocados de acordo com os interesses das nações doadoras, e não com base na situação de direitos humanos, democracia ou Estado de direito dos Estados destinatários.

Contudo, atualmente, a cooperação internacional se mostra um importante instrumento para incutir alterações internas nos Estados destinatários como condição para a transferência de recursos. O respeito aos direitos humanos e a observância dos princípios democráticos como condicionalidade da cooperação se tornam, assim, compromissos assumidos pelos destinatários, cuja descumprimento é objeto de sanções diplomáticas, econômicas e interrupção da colaboração externa.

Fundamentação teórica

A União Europeia (UE), enquanto ator global e maior doador do mundo de ajuda para o desenvolvimento, reconhece a democracia como um valor fundamental (art. 2 do TUE), devendo todas as políticas com importância externa serem elaboradas e executadas em sua atenção (art. 21, nº 3 do TUE), estando a União obrigada a desenvolver ações e políticas em seu apoio. Na sua atuação externa, a UE apoia a democratização dos países terceiros, reconhecendo a democracia como o único sistema de governação capaz de permitir um amplo exercício e gozo dos direitos humanos pelos seus respectivos cidadãos. Desta forma, incentivos passam a ser oferecidos com vias à promoção de uma maior integração econômica, assistência financeira, mobilidade de pessoas e acesso ao mercado interno aos países comprometidos com uma reforma política. A fomentação de políticas que tratam as causas profundas da migração, como erradicação da pobreza, desenvolvimento econômico e estabelecimento de democracias sólidas, se mostra cada vez mais eficaz no controle e redução dos deslocamentos do que medidas emergenciais e paliativas tomadas para corrigir as distorções desencadeadas.

Objetivos

O trabalho tem como objetivo demonstrar que a gestão eficaz dos fluxos migratórios só pode ser feita através da tomada de medidas sólidas e duradouras que atuem diretamente nas causas subjacentes à migração. Considerando que a ausência de uma democracia consolidada é um dos fatores que desencadeiam migrações forçadas, pretendemos demonstrar a forma pela qual uma política de cooperação internacional e de desenvolvimento promovida pela UE seria mais efetiva no controle dos fluxos migratórios, promovendo alterações estruturais nos Estados com potencial para gerar migrantes e refugiados.

Método

O presente estudo será realizado através de pesquisa bibliográfica em doutrinas –nacionais e estrangeiras–, revistas científicas e informativas, jornais, teses de mestrado e doutorado. Ademais, uma detida análise dos documentos, relatórios e dados oficiais da UE comporá a essência da comunicação em questão.

Resultados

A UE, através de sua política de cooperação, pode auxiliar nas transformações estruturais dos Estados com potencial para gerar migrantes, tendo como resultado a contenção dos fluxos migratórios. Observamos que a inclusão de cláusulas de condicionalidade nos acordos internacionais, bem como uma política comercial pautada em princípios democráticos, onde a manutenção de uma relação comercial estivesse condicionada aos esforços para a redemocratização ou manutenção deste sistema, foram medidas eficazes adotadas pela União na sua atuação externa. O Sistema de Preferências Generalizadas (SPG), um dos principais instrumentos desta política, concede uma redução de taxas aduaneiras aos países em desenvolvimento que demonstrem na prática o seu comprometimento com os direitos humanos, o que também se mostrou operativo. Ademais, eleições livres e justas também devem ser uma preocupação da UE, não devendo esta reconhecer o resultado de eleições manipuladas e falsificadas, valendo-se dos instrumentos diplomáticos, econômicos e políticos para defender a credibilidade do processo em países terceiros.

Conclusões

Conclui-se que as medidas que visam corrigir as distorções provocadas pelo intenso fluxo migratório são emergenciais e paliativas, se mostrando insuficientes para tratar as causas da migração e estancar os deslocamentos.

Reconhecendo que Estados não democráticos estão mais propensos a gerar migrantes, a União Europeia vê na sua atuação externa um importante instrumento de contenção dos fluxos. Desta forma, recomenda-se a intensificação da cooperação internacional para o desenvolvimento, principalmente no que toca ao auxílio prestado aos países terceiros que experimentam um processo de democratização.

As políticas comerciais mantidas pela União com países terceiros têm um papel de destaque na promoção de valores democráticos, uma vez que toda ação com dimensão externa deve ser pautada neste princípio orientador. Ademais, quaisquer projetos e financiamentos feitos a países terceiros também devem ter em consideração o comprometimento dos destinatários neste tocante.

Referências

- Freyburg, T., Lavenex, S., Schimmelfennig, F., Skripkac, T. y Wetzeld, A. (2011). Democracy promotion through functional cooperation? *Democratization*, 18, 1026–1054.
- International Institute for Democracy and Electoral Assistance. (2017). *Migration, multiculturalism and democracy, a resource guide*. París: IIDEA.
- Llallande, J. P. (2009). El impacto de la cooperación internacional en el desarrollo de la democracia y los derechos humanos. *Perfiles Latinoamericanos*, 5(2), 65-93.
- Parlamento Europeu. (2018). *Democracy support in EU external policy*. Recupado de <http://www.europarl.europa.eu/factsheets>